

Humberto Ávila

TEORIA DOS PRINCÍPIOS

*da definição
à aplicação dos princípios jurídicos*

*18ª edição,
revista e atualizada*

 **MALHEIROS
EDITORES**

TEORIA DOS PRINCÍPIOS
da definição à aplicação dos princípios jurídicos

© HUMBERTO ÁVILA

1ª e 2ª eds., 2003; 3ª e 4ª eds., 1ª tir., 2004; 4ª ed., 2ª tir., 2005; 5ª e 6ª eds., 2006;
7ª ed., 2007; 8ª ed., 2008; 9ª e 10ª eds., 2009; 11ª ed., 2010; 12ª ed., 2011;
13ª ed., 2012; 14ª ed., 2013; 15ª ed., 2014; 16ª ed., 2015; 17ª ed., 2016.

Direitos reservados desta edição por
MALHEIROS EDITORES LTDA.
Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171
CEP 04531-940 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3078-7205 – Fax: (11) 3168-5495
URL: www.malheiroseditores.com.br
e-mail: malheiroseditores@terra.com.br

Composição: PC Editorial Ltda.
Capa
Criação: Vânia Lúcia Amato
Arte: PC Editorial Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil
01.2018

1116334

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A958t Ávila, Humberto.

Teoria dos princípios : da definição à aplicação dos princípios jurídicos / Humberto Ávila. – 18. ed. rev e atual. – São Paulo : Malheiros, 2018.
240 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-392-0400-7

1. Direito - Filosofia. 2. Hermenêutica (Direito). 3. Princípios gerais do direito. I. Título.

CDU 340.12
CDD 340.1

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito : Filosofia 340.12
(Biblioteca responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA EDIÇÃO INGLESA (“THEORY OF LEGAL PRINCIPLES”)	
– PROF. FREDERICK SCHAUER	7
PREFÁCIO DA EDIÇÃO ALEMÃ (“THEORIE DER RECHTSPRINZIPIEN”)	
– PROF. CLAUS-WILHELM CANARIS	9
PRÓLOGO DA EDIÇÃO ITALIANA (“TEORIA DEI PRINCIPI”)	
– RICCARDO GUASTINI	13
PREFÁCIO – PROF. EROS ROBERTO GRAU	23
NOTA À 18ª EDIÇÃO	25
NOTA ÀS EDIÇÕES ANTERIORES	26
1. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	43
2. NORMAS DE PRIMEIRO GRAU: PRINCÍPIOS E REGRAS	
2.1 Distinções preliminares	
2.1.1 Texto e norma	50
2.1.2 Descrição, construção e reconstrução	51
2.2 Panorama da evolução da distinção entre princípios e regras	55
2.3 Critérios de distinção entre princípios e regras	
2.3.1 Critério do “caráter hipotético-condicional”	
2.3.1.1 Conteúdo	60
2.3.1.2 Análise crítica	61
2.3.2 Critério do “modo final de aplicação”	
2.3.2.1 Conteúdo	65
2.3.2.2 Análise crítica	66
2.3.3 Critério do “conflito normativo”	
2.3.3.1 Conteúdo	73

	2.3.3.2	Análise crítica	74
2.4		<i>Proposta de dissociação entre princípios e regras</i>	
	2.4.1	<i>Fundamentos</i>	
	2.4.1.1	Dissociação justificante	87
	2.4.1.2	Dissociação abstrata	88
	2.4.1.3	Dissociação heurística	91
	2.4.1.4	Dissociação em alternativas inclusivas	92
	2.4.2	<i>CrITÉRIOS de dissociação</i>	
	2.4.2.1	CrITÉRIO da natureza do comportamento prescrito	95
	2.4.2.2	CrITÉRIO da natureza da justificação exigida	97
	2.4.2.3	CrITÉRIO da medida de contribuição para a decisão	100
	2.4.2.4	Quadro esquemático	102
	2.4.3	<i>Proposta conceitual das regras e dos princípios</i>	102
	2.4.4	<i>Análise do uso inconsistente da distinção fraca entre regras e princípios</i>	109
	2.4.5	<i>Análise do uso inconsistente da distinção forte entre regras e princípios</i>	112
	2.4.6	<i>Diretrizes para a análise dos princípios</i>	116
	2.4.6.1	Especificação dos fins ao máximo: quanto menos específico for o fim, menos controlável será sua realização	117
	2.4.6.2	Pesquisa de casos paradigmáticos que possam iniciar esse processo de esclarecimento das condições que compõem o estado ideal de coisas a ser buscado pelos comportamentos necessários à sua realização	117
	2.4.6.3	Exame, nesses casos, das similaridades capazes de possibilitar a constituição de grupos de casos que girem em torno da solução de um mesmo problema central	118
	2.4.6.4	Verificação da existência de critérios capazes de possibilitar a delimitação de quais são os bens jurídicos que compõem o estado ideal de coisas e de quais são os comportamentos considerados necessários à sua realização ..	118
	2.4.6.5	Realização do percurso inverso: descobertos o estado de coisas e os comportamentos necessários à sua promoção, torna-se necessária a verificação da existência de outros	

	casos que deveriam ter sido decididos com base no princípio em análise	119
2.4.7	<i>Exemplo do princípio da moralidade</i>	119
2.4.8	<i>Eficácia dos princípios</i>	
2.4.8.1	Eficácia interna	
2.4.8.1.1	<i>Conteúdo</i>	122
2.4.8.1.2	<i>Eficácia interna direta</i>	122
2.4.8.1.3	<i>Eficácia interna indireta</i>	123
2.4.8.2	Eficácia externa	
2.4.8.2.1	<i>Conteúdo</i>	125
2.4.8.2.2	<i>Eficácia externa objetiva</i>	
2.4.8.2.2.1	Eficácia seletiva	125
2.4.8.2.2.2	Eficácia argumentativa	126
2.4.8.2.2.2.1	<i>Direta</i>	127
2.4.8.2.2.2.2	<i>Indireta</i>	127
2.4.8.2.3	<i>Eficácia externa subjetiva</i>	128
2.4.9	<i>Eficácia das regras</i>	
2.4.9.1	Eficácia interna	
2.4.9.1.1	<i>Eficácia interna direta</i>	128
2.4.9.1.2	<i>Eficácia interna indireta</i>	128
2.4.9.2	Eficácia externa	
2.4.9.2.1	<i>Eficácia seletiva</i>	134
2.4.9.2.2	<i>Eficácia argumentativa</i>	
2.4.9.2.2.1	<i>Direta</i>	135
2.4.9.2.2.2	<i>Indireta</i>	136
2.4.9.3	Superabilidade das regras	
2.4.9.3.1	<i>Justificativa da obediência a regras</i>	139
2.4.9.3.2	<i>Condições de superabilidade</i>	
2.4.9.3.2.1	<i>Introdução</i>	141
2.4.9.3.2.2	<i>Requisitos materiais</i>	141
2.4.9.3.2.3	<i>Requisitos procedimentais</i> ..	146
2.5	<i>O convívio entre princípios e regras</i>	147
2.6	<i>A força normativa dos princípios</i>	149
3.	<i>NORMAS DE SEGUNDO GRAU: POSTULADOS NORMATIVOS</i>	
3.1	<i>Introdução</i>	163
3.2	<i>Postulados hermenêuticos</i>	
3.2.1	<i>Considerações gerais</i>	165
3.2.2	<i>Postulado da Coerência</i>	
3.2.2.1	<i>Da hierarquia à coerência</i>	166

3.2.2.2	Coerência substancial	
3.2.2.2.1	<i>Fundamentação por suporte</i> ..	172
3.2.2.2.2	<i>Fundamentação por justificação recíproca</i>	174
3.3	Postulados normativos aplicativos	176
3.4	Análise do uso inconsistente de normas e metanormas	179
3.4.1	<i>Consequências</i>	180
3.5	Diretrizes para a análise dos postulados normativos aplicativos	182
3.5.1	<i>Necessidade de levantamento de casos cuja solução tenha sido tomada com base em algum postulado normativo</i>	182
3.5.2	<i>Análise da fundamentação das decisões para verificação dos elementos ordenados e da forma como foram relacionados entre si</i>	182
3.5.3	<i>Investigação das normas que foram objeto de aplicação e dos fundamentos utilizados para a escolha de determinada aplicação</i>	183
3.5.4	<i>Realização do percurso inverso: descoberta a estrutura exigida na aplicação do postulado, verificação da existência de outros casos que deveriam ter sido decididos com base nele</i>	183
3.6	Espécies de postulados	
3.6.1	<i>Considerações gerais</i>	184
3.6.2	<i>Postulados inespecíficos</i>	
3.6.2.1	<i>Ponderação</i>	185
3.6.2.2	<i>Concordância prática</i>	187
3.6.2.3	<i>Proibição de excesso</i>	188
3.6.3	<i>Postulados específicos</i>	
3.6.3.1	<i>Igualdade</i>	192
3.6.3.2	<i>Razoabilidade</i>	
3.6.3.2.1	<i>Generalidades</i>	194
3.6.3.2.2	<i>Tipologia</i>	
3.6.3.2.2.1	<i>Razoabilidade como equidade</i>	195
3.6.3.2.2.2	<i>Razoabilidade como congruência</i>	199
3.6.3.2.2.3	<i>Razoabilidade como equivalência</i>	202
3.6.3.2.2.4	<i>Distinção entre razoabilidade e proporcionalidade</i>	203

3.6.3.3	Proporcionalidade	
3.6.3.3.1	<i>Considerações gerais</i>	205
3.6.3.3.2	<i>Aplicabilidade</i>	
3.6.3.3.2.1	Relação entre meio e fim	207
3.6.3.3.2.2	Fins internos e fins externos	208
3.6.3.3.3	<i>Exames inerentes à proporcionalidade</i>	
3.6.3.3.3.1	Adequação	210
3.6.3.3.3.2	Necessidade	216
3.6.3.3.3.3	Proporcionalidade em sentido estrito	219
3.6.3.3.4	<i>Intensidade do controle dos outros Poderes pelo Poder Judiciário</i>	220
3.7	<i>Análise da falta de diferenciação entre os postulados</i>	222
4.	CONCLUSÕES	227
	BIBLIOGRAFIA	231